

terça-feira, 24/11/92 • 9

O Frankenstein

CÉSAR BENJAMIN *

Inúmeros exemplos mostram, na história do conhecimento, que as doutrinas decadentes não se rendem facilmente. A perda de sua capacidade explicativa é acompanhada de uma síndrome em que se destacam a introdução de sucessivas complicações, a adoção de hipóteses *ad-hoc*, a insistência em discutir problemas inexistentes ou secundários, a multiplicação de casuismos, a incapacidade de enxergar as grandes questões. Foi assim, por exemplo, com o sistema de Ptolomeu, que preservou até o fim a capacidade de explicar o movimento aparente de todos os astros então conhecidos, mas ao preço de introduzir um número crescente de artifícios — órbitas esdrúxulas, anéis planetários superpostos, epiciclos —, subitamente tornados desnecessários quando Copérnico propôs uma hipótese nova, cuja maior virtude, naquele momento, era tornar tudo mais simples.

Penso nisso quando observo o arsenal analítico que nossa elite bem-pensante desenvolveu para fazer frente a uma realidade muito malcomportada. A inflação resiste, em altos patamares, a recessão aguda, salários deprimidos, desemprego em massa e até — misericórdia! — a um Tesouro superavitário. Belo *imbroglio*, cuja principal herança intelectual é uma “macroeconomia do curto prazo” que se nutre do próprio fracasso, pois é a expressão teórica desse estado de emergência econômica que ela mesma ajuda a eternizar.

A regra fundamental dessa contribuição bem brasileira ao saber econômico pode ser, a essa altura, assim enunciada: nada deve ser aquilo que parece ser, ou deveria ser; tudo tem que ser outra coisa. Com anos de prática, conseguimos, com efeito, virar de ponta-cabeça todas as categorias da macroeconomia tradicional. O sistema de preços não desempenha mais nenhum papel aloca-tivo: completamente especulativo, há muito deixou de indicar escassez e preferências. A taxa de câmbio, colocada a serviço da produção de megassuperávits comerciais (que sequer conseguimos administrar), não regula nos dois sentidos a abertura para o mundo. A taxa de juros é manejada não para equilibrar investimento e poupança, como queriam os clássicos, mas para fulminar as veleidades de quem quiser produzir. O salário mínimo não é salário. O Tesouro é superavitário, mas o governo não cessa de se endividar (sustentando por essa via a rentabilidade do setor privado). Tudo em nome do combate à inflação, como se a inflação não fosse a principal expressão dessa mesma mixórdia.

Visto isoladamente, cada aspecto dessa mal-vidada gerência tem sua racionalidade própria, embora marcadamente casuística. A imagem do conjunto, no entanto, forma um Frankenstein ideológico, em torno do qual gira o pensamento conservador e que, em última análise, pode ser assim resumido: (a) da recessão vem a cura para os males de um país pobre; (b) da concentração de renda — pois, em conjunturas recessivas, ela é tão certa como um dia após o outro — resultaço melhorias para todos, numa nação já marcadamente desigual; (c) contraíndo novos empréstimos lá fora, sairemos do labirinto da dívida externa; (d) entregando ao setor privado, a preço vil, as estatais que dão lucro, acabaremos com o déficit público (que, aliás, não existe); (e) se os custos financeiros vão às alturas, as empresas passarão a vender mais barato. A isso se soma a concentração de todas as atenções na (necessária) reforma do Estado — para que não haja reforma na sociedade.

Predominando há tantos anos como se fossem a fina flor da ciência, esses disparates já se transformaram numa cultura, que a todos envolve. A impunidade da resultante chegou a tal ponto que ganha ares de escândalo a timida reação do presidente Itamar a algumas aberrações mais evidentes. Apedrejaram-no, de público, quando ele relutou em vender por US\$ 200 milhões uma empresa que, na opinião de alguns auditores, vale US\$ 400 milhões. Os ideólogos da privatização venderiam, em condições semelhantes, seus próprios ativos?

Os grupos dominantes não conseguem mais organizar a nação, como já o fizeram no passado, e seus intelectuais deixaram de pensá-la, no sentido abrangente do termo. Mas não perderam o poder. Eis a tragédia em que estamos imersos. A geração de inflação e a apropriação privada da coisa pública têm se mostrado suficientes para lhes garantir parcelas crescentes da renda nacional. A contrapartida dessa falácia intelectual e moral é a produção de teorias econômicas que precisam ser imensamente complexas, pois — como sabem os escolásticos de todas as épocas — tergiversar sobre o real sempre foi uma arte. O mínimo, no entanto, que devemos exigir de um governo, mesmo conservador, é que sua política econômica se coloque no rumo de recompor o sentido pleno das categorias macroeconômicas fundamentais — juro, câmbio, salário —, condição elementar para que se reate o elo perdido entre produção e lucro, e a economia brasileira volte a ter uma sintaxe, com regras de composição coerentes. Será pedir muito?

* Editor, assessor da direção do PT